

EDIÇÃO 1º

# BOLETIM

OBSERVATÓRIO ELEITORAL DAS AMÉRICAS



JULHO 2020

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL.....</b>	<b>3</b>
<b>OBSERVATÓRIO ELEITORAL DO BRASIL PARTICIPA DE SUA PRIMEIRA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA OEA.....</b>	<b>5</b>
<b>A ELEIÇÃO BOLIVIANA DE 2019 E A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.....</b>	<b>7</b>
<b>ELEIÇÕES NO MÉXICO EM 2020 - ELEIÇÕES LOCAIS EM COAHUILA E HIDALGO.....</b>	<b>10</b>
<b>ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO URUGUAI: LUIS LACALLE POU VENCE DANIEL MARTÍNEZ E É O NOVO PRESIDENTE.....</b>	<b>12</b>
<b>PERSPECTIVAS SOBRE O GOVERNO DE LACALLE POU.....</b>	<b>14</b>

## EDITORIAL

Esta primeira edição do Boletim inaugura as atividades acadêmicas do Observatório Eleitoral das Américas. Criado a partir da assinatura de convênio entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em junho de 2019, o Observatório tem como objetivo acompanhar as eleições – presidenciais e legislativas – nos países do continente, através de estudos realizados por pesquisadores de diversas unidades da USP, englobando alunos de pós-doutorado, pós-graduação e graduação.

Essa parceria foi firmada com o Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral (DECO), que tem como objetivo acompanhar eleições nos países das Américas. A USP foi escolhida para sediar o primeiro Observatório Eleitoral ligado à OEA, pelo seu caráter público, por sua relevância institucional no continente, e pela sua contribuição à ciência e à pesquisa.

Os resultados das pesquisas do Observatório serão divulgados na forma de artigos neste Boletim e disponibilizados no site do Observatório. Também estamos investindo na preparação de bancos de dados sobre diversas eleições, que servirão de base fundamental para outros pesquisadores.

Vários pesquisadores que já participam do Observatório desenvolvem pesquisas sistemáticas nos mais variados temas, como no acompanhamento das eleições que estão em curso em vários países, no uso das novas tecnologias eleitorais, e em temas relevantes ligados ao aperfeiçoamento dos processos e das instituições eleitorais.

Outro objetivo também será fornecer informação acadêmica de qualidade para subsidiar o trabalho dos observadores eleitorais que continuam fazendo o trabalho local durante os períodos eleitorais, seguindo os protocolos de segurança sanitária, mas garantindo a transparência dos processos.

Além disso, estamos preparando, em parceria com o DECO-OEA, o primeiro curso de preparação de observadores eleitorais. Esta primeira edição traz o relato de um pesquisador do Observatório que acompanhou, como observador, as eleições presidenciais na Guatemala, em 2019.

Esperamos com essas atividades contribuir para a consolidação das pesquisas eleitorais em suas diversas dimensões, tanto na Universidade quanto em atividades práticas que possam contribuir diretamente com as melhorias das instituições e dos instrumentos eleitorais democráticos.

*Janina Onuki*, coordenadora do Observatório Eleitoral das Américas.

*Rodrigo Pedrosa Lyra*, doutorando do IRI-USP (convênio com o King's College London) e pesquisador do Observatório Eleitoral das Américas.

## **OBSERVATÓRIO ELEITORAL DO BRASIL PARTICIPA DE SUA PRIMEIRA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA OEA**

**LUCAS DAMASCENO PEREIRA<sup>1</sup>**

Foi realizado no dia 11 de agosto de 2019 o segundo turno das eleições presidenciais da Guatemala. Assim como em junho no primeiro turno, esteve presente uma Missão de Observação Eleitoral – MOE – da Organização dos Estados Americanos – OEA. As MOE são realizadas pelo Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral – DECO – da Secretaria para Fortalecimento da Democracia, acontecem desde de 1962 e já superaram o número de 240 missões em 27 países do continente. A primeira missão no Brasil aconteceu durante as eleições estaduais e federal de 2018.

O Observatório Eleitoral do Brasil, criado em junho deste ano através de um acordo entre a Universidade de São Paulo e a

OEA, é coordenado pela Diretora do Instituto de Relações Internacionais Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janina Onuki e foi convidado a enviar um(a) representante para participar da MOE como observador(a) internacional. Alocados em todos os Departamentos da República da Guatemala, os(as) observadores(as) são responsáveis pela coleta de dados nos municípios e sessões eleitorais que compõem a amostra da observação. Além da função de pesquisadores(as) em campo, os(as) observadores(as) também coletam possíveis denúncias de irregularidades.

As MOE contam com coordenadores regionais que, assim como os observadores, são cidadãos de países membros da OEA ou especialistas internacionais convidados pelo DECO para cada missão. Entre os(as) convidados(as) há também a ilustre presença do(a) chefe de missão, cargo ocupado na ocasião por Luis Guillermo Solis, ex-presidente da Costa Rica – país onde foi realizada a primeira MOE em 1962. Também é costarricense, e foi presidente do país, a chefe da MOE Brasil 2018, Laura Chinchilla. O restante da equipe é composto pelo próprio DECO ou outros Departamentos da OEA, incluindo a representação no país anfitrião.

No município de Patzún, Departamento de Chimaltenango, está Xeatzán Bajo, uma comunidade rural no fundo

<sup>1</sup> Doutorando em Relações Internacionais pelo IRI-USP e graduando em Direito pela

FD-USP. É pesquisador do Observatório Eleitoral das Américas.

de um vale ao lado do famoso lago Atitlán. Ali onde os residentes se identificam como maias e falam kaqchikel, estive boa parte do domingo 11 de agosto. Como observador, nossa função é das mais passivas. Acompanha-se, sem interferir, o abrir e fechar das urnas, o transcurso do processo eleitoral ao longo do dia, assim como as condições gerais que permitam a realização do lema da OEA: “*más derechos para más gente*”. O DECO empreende um esforço institucional em promover a ampliação e garantia dos direitos humanos, como a promoção dos direitos e da participação política das mulheres, das populações afro-latinas e indígenas.

Ao contrário do Brasil, a Guatemala está habituada a convidar observadores internacionais, assim como convive com uma ampla gama de instituições observadoras nacionais, como universidades e grupos de interesse. Acompanhando todo o processo eleitoral em Xeatzán Bajo também estavam os *chicotes* – forças comunitárias de segurança. Chapéu marrom e um bastão de madeira adornado identificavam os homens, alguns bens jovens, que fizeram a segurança da escola primária e do centro comunitário que serviram como centros de votação. Em contextos como esses, ou muito mais urbanos como a capital Cidade da Guatemala, ou na

bela Antigua Guatemala, estavam outros 86 observadores de 25 nacionalidades distintas. Todos identificados por um colete marrom claro, cor escolhida sempre *ad hoc* visando demonstrar visualmente a imparcialidade da OEA na observação dos pleitos.

As MOE contam com um trabalho intensivo de sua equipe, que permanecem um período variado – de alguns dias, no caso dos observadores internacionais, até algumas semanas no caso da equipe DECO. Para garantir que os relatórios sejam precisos quanto ao caráter das eleições, aferindo sua proximidade ao padrão normativo que a OEA define como *eleições democráticas*. Para a instituição<sup>2</sup> é preciso que sejam eleições (1)inclusivas e (2)limpas onde haja (3)competição para os (4)principais cargos eletivos. É a partir desses quatro pontos que as MOE organizam seu olhar sobre o processo e redigem seu parecer e orientações finais, de forma coordenada e centralizada.

Muito se avançou das primeiras missões de observação eleitoral na década de 1960 até a presente terceira geração, que se consolidou com um padrão de excelência institucional e dedicação à promoção dos direitos humanos; com o desenvolvimento de metodologias dedicadas à avaliação da inclusão e participação de populações negras

<sup>2</sup> Criterios para la Observación Electoral: Un Manual para las Misiones de Observación Electoral de la OEA (2006), disponível em:

<http://oas.org/sap/docs/DECO/OAS%20Manual%20Spanish%203-26.pdf>

e indígenas, assim como sobre a participação feminina. A transformação dos cenários não foi ignorada no processo, há metodologias para o monitoramento do sistema de financiamento, dos meios de comunicação e das tecnologias eleitorais. Todas estão detalhadas no site do DECO (<http://oas.org/es/sap/deco/ACERCA.ASP>), assim como há uma plataforma para registro de voluntários.

Prática comum em outros países, o Brasil carecia de uma instituição de observação eleitoral nacional independente. O Observatório Eleitoral do Brasil é uma parceria que visa reproduzir essa tradição na promoção de eleições democráticas nas Américas, a partir da observação qualificada. Em funcionamento a partir de 2019, o Observatório conta com uma ampla equipe de pesquisadores graduandos, pós-graduandos e professores da Universidade de São Paulo.

## **A ELEIÇÃO BOLIVIANA DE 2019 E A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

**LUCAS DAMASCENO PEREIRA<sup>3</sup>**

A Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou, no dia 4 de dezembro de 2019, o informe final sobre as eleições do Estado Plurinacional da Bolívia ocorridas no dia 20 de outubro. O pleito havia sido acompanhado por uma Missão de Observação Eleitoral (MOE) da OEA na Bolívia e no exterior, incluindo o Brasil. O Observatório Eleitoral das Américas (USP-OEA) colaborou com a MOE através da observação em São Paulo, onde cerca de 44 mil cidadãos bolivianos estavam cadastrados para votar.

A apuração do pleito desencadeou uma crise política que culminou com a renúncia do ex-presidente Evo Morales (MAS) e sua saída do país. A senadora Jeanine Añez (PPB-CN) ocupa interinamente o cargo da

<sup>3</sup> Doutorando em Relações Internacionais pelo IRI-USP e graduando em Direito pela

FD-USP. É pesquisador do Observatório Eleitoral das Américas.

presidência desde o dia 11 de novembro. Suspeitas foram levantadas após o sistema eletrônico de apuração ter perdido conexão por cerca de seis horas durante a contagem dos votos. A subsequente vitória de Evo no primeiro turno não foi aceita pela oposição, para quem a contagem parcial até o momento da falha apontava para um provável segundo turno. Apoiadores do ex-presidente atribuíram a diferença final a questões geográficas e sociais do país, já que as regiões rurais e de mais difícil acesso são as últimas a serem computadas e concentram uma importante base eleitoral de Morales.

O Tribunal Superior Eleitoral do país chegou a reconhecer a vitória em primeiro turno de Evo Morales com 47.07%<sup>4</sup>. Todavia, após manifestações e protestos em diferentes partes do país – que prosseguem e acumulam um crescente número de vítimas fatais – Evo chegou a aceitar a recomendação da OEA para a realização de novas eleições, antes de renunciar no dia 10 de novembro.

A atividade de observação eleitoral da OEA, que já se prorroga por seis décadas, torna-se cada vez mais comum no continente na medida que as duas democracias mais populosas – Estados Unidos (2016) e Brasil (2018) – aderiram recentemente à prática. O

informe final apresentado na última semana pela Secretaria Geral da OEA demonstra a importância da atividade de observação e a confiança depositada na organização pelas instituições domésticas dos países membros e pela comunidade internacional em geral. Além da Missão de Observação Eleitoral (MOE), foi instaurada uma auditoria multidisciplinar – solicitada pelo Estado Boliviano – que encontrou manipulação dolosa e irregularidades. No primeiro tipo encontram-se manipulações de atas eleitorais e alteração eletrônica dos dados; entre as irregularidades apontadas está a falta de proteção de material sensível que resultou em perda de atas eleitorais. Também foi apontada imparcialidade de autoridades eleitorais.

O informe encontra-se disponível na íntegra, em espanhol, no link ([http://www.oas.org/es/sap/deco/Informe-Bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Análisis%20de%20Integridad%20Electora%20Bolivia%202019%20\(OSG\).pdf](http://www.oas.org/es/sap/deco/Informe-Bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Análisis%20de%20Integridad%20Electora%20Bolivia%202019%20(OSG).pdf)). O Conselho Permanente da OEA determinou no dia 20 de novembro que a Secretaria para o Fortalecimento da Democracia, através do Departamento para Cooperação e Observação Eleitoral, auxilie o Estado

---

<sup>4</sup> A legislação boliviana somente demanda a realização de segundo turno caso nenhum candidato alcance maioria simples ou mais de 40% dos votos com uma diferença de 10% em

relação ao segundo colocado. Nas eleições de outubro, Carlos Mesa (CC) foi o segundo mais votado recebendo 36.51% dos votos.

Boliviano na organização do novo pleito, ainda sem data.

Um relatório<sup>5</sup> divulgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH-OEA), divulgado no dia 10 de dezembro, recomenda, além do pronto agendamento do novo pleito, a instauração de uma investigação independente internacional sobre violações de direitos humanos ocorridas no contexto dos protestos políticos que tomaram conta do país. A CIDH indicou a garantia ao direito de protesto como o principal motivo de sua visita e apresentou denúncias apuradas sobre o que nomeou massacres cometidos pelo Estado; pelo menos 36 (trinta e seis) pessoas teriam sido vítimas, incluindo militantes do Movimento ao Socialismo (partido de Morales).

O Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral não elabora informes e recomendações apenas em casos críticos como o boliviano. Eleições chanceladas também são avaliadas e servem de base para recomendações. Estas englobam toda a atividade de observação eleitoral que não inclui apenas a votação, mas todo o escopo da justiça eleitoral – como financiamento de campanhas – e questões sociais e de promoção de direitos humanos – como o incentivo à participação política de minorias.

A organização também oferece assistência eleitoral (como capacitação técnica e treinamentos temáticos) para órgãos nacionais responsáveis pela organização das eleições e para minorias, visando a ampliação da sua participação política. Exemplo deste tipo de iniciativa é o Curso para Candidatas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM-OEA) e da Escola de Governo (EG-OEA) oferecido para candidatas aos governos locais na Costa Rica entre 11 e 13 de dezembro de 2019 e que já contou com edições em outros países.

---

5

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2019/320.asp>

## ELEIÇÕES NO MÉXICO EM 2020 – ELEIÇÕES LOCAIS EM COAHUILA E HIDALGO

ISABELLA FARINELLI EICHHORN<sup>6</sup>

No ano de 2020 estão previstas eleições ordinárias em dois estados mexicanos: Coahuila e Hidalgo. Em 27 de março, no *Diario Oficial de la Federación*, a pandemia causada pelo novo coronavírus foi decretada emergência sanitária, competindo à Secretaria Nacional de Saúde a tomada de ações para gerir a crise presente. Poucos dias depois, o funcionamento dos serviços não essenciais foi suspenso e a ordem era de distanciamento social. Com isso, o processo eleitoral foi suspenso provisoriamente pelo Instituto Nacional Eleitoral do México (INE) em 1 de abril, e adiadas suas celebrações como registros de candidaturas, período de campanhas, organização e realização de debates, além da jornada eleitoral em si.

A data da votação, que estava estipulada para 7 de junho em ambos os estados, agora está condicionada à estabilização dos quadros epidemiológicos de transmissão da Covid-19. O INE se reúne

regularmente para tratar das eleições locais em Coahuila e Hidalgo e seu presidente, Lorenzo Córdova, age como porta-voz da instituição em sua conta no Twitter, divulgando esclarecimentos sobre as discussões conduzidas pela instituição. As previsões para a nova data da votação são atualizadas de maneira constante e há ensejo para que as eleições ocorram entre setembro e outubro, dependendo da curva de contágio da Covid-19.

O Estado de Coahuila renovará o congresso local, elegendo 16 deputados de maioria relativa e 9 deputados de representação proporcional. Haverão 54 urnas eletrônicas divididas em 10 distritos eleitorais. Estão registrados no estado pelo menos 10 partidos políticos distintos, segundo o Instituto Eleitoral de Coahuila.

Em Hidalgo, serão eleitos 84 representantes a câmaras municipais (presidentes municipales, ayuntamientos). Haverão 40 urnas eletrônicas em 4 municípios do estado. Estão registrados pelo menos 11 partidos políticos distintos, segundo o Instituto Estatal Eleitoral de Hidalgo.

A obtenção do título de eleitor também foi prejudicada pelo período de contingência com o fechamento dos Módulos de Atención Ciudadana, órgão responsável pela emissão do documento. Contudo, é

<sup>6</sup> Graduanda em Relações Internacionais na USP e pesquisadora do Observatório Eleitoral das Américas.

possível emitir um título digital por meio de um aplicativo do Instituto Nacional Eleitoral, o que mostra a importância da digitalização dos serviços do governo principalmente em tempos de isolamento social.

O México tem mais de 46 mil mortes causadas pela Covid-19, alta taxa de mortalidade considerando o número de casos confirmados que supera 420 mil. O governo federal ampliou as medidas de isolamento social em abril, na esperança que superariam a pandemia no fim do mês de junho. Tal quadro não se concretizou e o país evoluiu para a terceira fase de contágio, segundo a OMS, a etapa mais crítica da pandemia na qual o quadro epidemiológico de contágio local é sustentado na maioria do território nacional.

O estado de Coahuila concentra quase treze mil casos de Covid-19, enquanto Hidalgo apresenta mais de seis mil casos. Os governos locais advertem para o uso de máscaras e a importância do isolamento social na tentativa de diminuir o número de casos. No quadro atual, as eleições dependem da contração do contágio da doença e, por enquanto, não há perspectiva de relaxamento das restrições de isolamento, que impactam diretamente na escolha de uma nova data para o dia da votação, que deverá ocorrer ainda este ano para que os novos representantes iniciem seus mandatos ano que vem. Caso a previsão de outubro se concretize, caberá aos governos locais gerar protocolos de distanciamento e

proteção da população para que a votação ocorra com segurança em meio à pandemia.

## Referências

- BEUREGARD, Luis Pablo (2020). El País. México extiende las medidas de aislamiento hasta finales de mayo. Publicado em: [\[https://elpais.com/sociedad/2020-04-16/mexico-extiende-las-medidas-de-aislamiento-hasta-finales-de-mayo.html\]](https://elpais.com/sociedad/2020-04-16/mexico-extiende-las-medidas-de-aislamiento-hasta-finales-de-mayo.html). Disponibilidade: 11/08/2020.
- Gobierno del Estado de Coahuila (2020). Panorama General COVID-19. Publicado em: [\[https://www.saludcoahuila.gob.mx/COVID19/index\\_tal.php#!\]](https://www.saludcoahuila.gob.mx/COVID19/index_tal.php#!). Disponibilidade: 11/08/2020.
- Gobierno del Estado de Hidalgo (2020). Panorama General COVID-19. Publicado em: [\[https://coronavirus.hidalgo.gob.mx/\]](https://coronavirus.hidalgo.gob.mx/) Disponibilidade: 01/08/2020.
- Instituto Electoral de Coahuila (2020). Métodos de Selección Interna. Publicado em: [\[http://www.iec.org.mx/v1/index.php/metodos-de-seleccion-interna\]](http://www.iec.org.mx/v1/index.php/metodos-de-seleccion-interna). Disponibilidade em: 11/08/2020.
- Instituto Electoral de Hidalgo (2020). Proceso Electoral 2019-2020. Publicado em: [\[http://www.ieehidalgo.org.mx/index.php/j-content/proceso-electoral-2019-2020\]](http://www.ieehidalgo.org.mx/index.php/j-content/proceso-electoral-2019-2020). Disponibilidade: 11/08/2020.
- Instituto Nacional Electoral (2020). Acuerdo del Consejo General por el que se suspendan los plazos inherentes a las actividades de la función electoral. Publicado em: [\[https://www.ine.mx/acuerdo-consejo-general-por-el-que-se-suspenden-plazos-inherentes-a-las-actividades-de-la-funcion-electoral/\]](https://www.ine.mx/acuerdo-consejo-general-por-el-que-se-suspenden-plazos-inherentes-a-las-actividades-de-la-funcion-electoral/) Disponibilidade: 01/08/2020.
- Instituto Nacional Electoral (2020). Resolución Del Consejo General Del Instituto Nacional Electoral, Por El Cual Se Aprueba Ejercer La Facultad De Atracción, Para Efecto De Suspender Temporalmente El Desarrollo De Los Procesos Electorales Locales, En Coahuila E Hidalgo, Con Motivo De La Pandemia Covid-19, Generada Por El Virus Sars-Cov2. Publicado em: [\[https://repositoriodocumental.ine.mx/xmlui/bitstream/handle/123456789/113880/CGex202004-01-rp-Unico.pdf\]](https://repositoriodocumental.ine.mx/xmlui/bitstream/handle/123456789/113880/CGex202004-01-rp-Unico.pdf). Disponibilidade: 11/08/2020.
- Instituto Nacional Electoral (2020). Acuerdo Del Consejo General Del Instituto Nacional Electoral Por El Que Se Determina Como Medida Extraordinaria La Suspensión De Plazos Inherentes A Las Actividades De La Función Electoral, Con Motivo De La Contingencia Sanitaria Derivada De La Pandemia Del Coronavirus, Covid-19. Publicado em: [\[https://repositoriodocumental.ine.mx/xmlui/bitstream/handle/123456789/113873/CGex202003-27-ap-3.pdf\]](https://repositoriodocumental.ine.mx/xmlui/bitstream/handle/123456789/113873/CGex202003-27-ap-3.pdf). Disponibilidade: 11/08/2020.

NAVARRO, Juan Carlos (2020). AS México. Coronavirus: cuáles son las fases de contingencia epidemiológica. Publicado em: [\[https://mexico.as.com/mexico/2020/05/30/actualidad/1590874333\\_222020.html\]](https://mexico.as.com/mexico/2020/05/30/actualidad/1590874333_222020.html). Disponibilidade: 11/08/2020.

World Health Organization (2020). Coronavirus disease (COVID-19) Situation Report – 195. Publicado em: [\[https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200802-covid-19-sitrep-195.pdf?sfvrsn=5e5da0c5\\_2\]](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200802-covid-19-sitrep-195.pdf?sfvrsn=5e5da0c5_2) Disponibilidade: 11/08/2020.

## ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO URUGUAI: LUIS LACALLE POU VENCE DANIEL MARTÍNEZ E É O NOVO PRESIDENTE MARESSA DE PROENÇA<sup>7</sup>

No dia 27 de outubro de 2019 foram realizadas as eleições gerais no Uruguai para Presidente e para a Assembleia Geral, na ocasião também aconteceu a votação do referendo "*Vivir sin miedo*", do senador Jorge Larrañaga (Partido Nacional) que propunha o endurecimento da legislação uruguaia e estratégias de enfrentamento ao crime e a violência que afeta o país.

Já no primeiro turno, 30 senadores e 99 deputados que compõem a legislatura XLIX foram eleitos, porém nenhum candidato à presidência recebeu a maioria dos votos e um segundo turno foi agendado para o dia 24 de novembro. Para a Câmara dos Deputados, foram eleitos 42 candidatos da Frente Ampla, 30 do Partido Nacional, 13 do Partido Colorado, 11 do Cabildo Open, 01 do Partido Independente, 01 do Popular e 01 do Partido Ambientalista Radical. Dos 99 representantes eleitos, apenas 19 são mulheres (18,8%). O Senado uruguaio terá 13 senadores da Frente Ampla, 10 do Partido Nacional, 4 do Colorado e 3 do Open Cabildo. Dos 30 representantes eleitos, 8 são mulheres (26%).

Para concorrer ao cargo de Presidente, a Frente Ampla nomeou o ex-prefeito de Montevideu, Daniel Martínez, como candidato a presidência e Graciela Villar como candidata à vice-presidência. O Partido Nacional apresentou o mesmo candidato de 2014, Luis Lacalle Pou e Beatriz Argimón como candidata à vice-presidência. O Partido Colorado, nomeou o economista Ernesto Talvi e o Cabildo Aberto nomeou o ex-comandante-chefe do Exército uruguaio, Guido Manini Ríos.

<sup>7</sup> Doutoranda em Relações Internacionais pelo IRI-USP e pesquisadora do Observatório Eleitoral da USP.

Durante a campanha, os candidatos pautaram-se principalmente sobre o crime e a crescente onda de violência que afeta o país desde 2011. Ainda assim, o referendo "*Vivir sin miedo*" não alcançou os 50% de apoio necessário para ser aprovado, apontando para a tendência popular de rejeitar medidas mais severas como a prisão perpétua, a criação de uma Guarda Nacional formada por militares e a autorização de ações de busca e apreensão noturnas.

No dia 28 de novembro, Lacalle Pou foi declarado eleito Presidente no segundo turno das eleições, contabilizando 50,79 % (1.189.313) dos votos. Número muito próximo do alcançado pelo candidato Martínez que atingiu 49,21 % (1.152.271) dos votos, e foi derrotado por apenas 37.042 votos a menos que o candidato do Partido Nacional, configurando uma das eleições mais acirradas da história do Uruguai e que marcou a primeira derrota da Frente Ampla em uma eleição presidencial dos últimos quinze anos.

A campanha da Frente Ampla e de Martínez seguiu o lema "*No perder lo Bueno, harcerlo mejor*" (Não perder o que é bom, fazer melhor) e priorizou focar os avanços do governo da Frente Ampla durante os últimos quinze anos, o candidato também reconheceu

falhas da gestão e propôs soluções para melhorarias, já o advogado Luis Lacalle Pou do Partido Nacional apresentou o lema "*Lo que nos une*" (O que nos une) e sua campanha se ateve a expor as falhas das gestões anteriores e a crise de segurança pública por qual passa o país. Seguindo o lema da legenda, no segundo turno, o Partido Nacional ganhou o apoio de outros quatro partidos do país, que ao se unirem, favoreceram a vitória nas urnas. A união do Partido Nacional com os partidos Colorado, Cabildo Abierto, Partido Independente e Partido de La Gente resultou no documento publicado "*Compromiso por el País*", onde os cinco candidatos firmaram ter o compromisso com 13 metas em comum para o país.<sup>8</sup>

O plano de governo apresentado por Lacalle Pou inclui 5 temas transversais principais dos quais tratará a sua gestão, os quais são: (1) melhor gestão do dinheiro público, propondo estratégias de austeridade e o uso de tecnologias e mecanismos de controle; (2) promover o empreendedorismo através de uma Estratégia Nacional de Empreendedorismo, criando políticas para apoiar pequenas empresas e incentivo para mercados internacionais e investimentos estrangeiros; (3) garantir a segurança pública

<sup>8</sup> 1. *Un gobierno con las cuentas en orden*; 2. *Un estado inteligente y transparente*; 3. *Empresas públicas al servicio de la gente*; 4. *Mejorar al crecimiento: desarrollo productivo*; 5. *Inserción internacional: mercados abiertos y alianzas de hacer*; 6. *Una política respetada, una sociedad del pacífico*; 7. *Una política de*

*defensa adecuada al siglo XXI*; 8. *Transformar la educación*; 9. *Proteger a los más débiles*; 10. *Agenda de derechos*; 11. *Proteger el mundo del trabajo*; 12. *Cuidar la salud de los uruguayos*; 13. *Medio ambiente y bienestar animal*.

enquanto um dever do Estado, através da criação de planos de prevenção e repressão ao crime, além de uma reestruturação da força policial; (4) alinhamento das características econômicas às características sociais do país e (5) fortalecimento das políticas para educação, cultura e lazer.

## Referências

Corte Electoral – República Oriental del Uruguay. Resumen de resultados preliminares. Disponível em: <https://eleccionesnacionales.corteelectoral.gub.uy/ResumenResultados.htm>. Acesso em: 08 dez de 2019.  
Programa de Gobierno, Lo que nos une. Disponível em <http://lacallepou.uy/descargas/programa-de-gobierno.pdf>. Acesso em 28 dez de 2019.

## PERSPECTIVAS SOBRE O GOVERNO DE LACALLE POU

RODRIGO PEDROSA LYRA<sup>9</sup>

Alberto Fernández, presidente recém-eleito da Argentina, tomou uma decisão ousada antes do resultado das eleições uruguaias: buscar uma aproximação e apoiar “*gane quien gane*” (El Observador, 2019a). Essa decisão, vinda de um presidente de centro-esquerda, apoiado pelo kirchnerismo e por grande parcela de setores peronistas, surpreendeu até mesmo a imprensa uruguaia, levando-se em consideração a então provável – e agora confirmada - vitória de Luis Lacalle Pou, líder do Partido Nacional (Blanco), conservador, de centro-direita. No momento da fala de Fernández, Luis Lacalle Pou tinha 48,7% dos votos, enquanto Daniel Martínez, do Frente Amplio (FA), 47,5%, basicamente os mesmos números que se mantiveram na apuração final.

É certo que o cenário foi apertado e foi a eleição mais disputada no Uruguai em muitos anos, mas o alinhamento esperado era entre Fernández e Martínez, também de esquerda. Essa decisão do presidente argentino acaba colocando o Uruguai no

<sup>9</sup> Doutorando em Relações Internacionais pelo IRI-USP e pelo King’s College London, em programa de

dupla-titulação. Pesquisador do Observatório Eleitoral da USP e do Caeni-USP.

centro de uma disputa entre Argentina e Brasil e, como não é incomum na história do país, especialmente em momentos de crise, os partidos políticos uruguaios se dividem entre um maior apoio ao Brasil ou a iniciativas bilaterais com outros parceiros (LÓPEZ BURIAN, 2016).

Três fatores serão importantes para se analisar como será o governo de Luis Lacalle Pou: o primeiro é qual será a posição do Uruguai frente ao Mercosul; o segundo, qual será o comportamento da ascensão da nova direita no país; por último, como será o comportamento dos parlamentares eleitos no Uruguai, em um congresso com sete partidos políticos, recorde histórico no país. Neste artigo, analisamos esses três fatores.

Sobre o primeiro, vale lembrar que, em 2006, o governo brasileiro defendia que uma política industrial comum poderia pôr fim às insatisfações de Uruguai e Paraguai dentro do bloco e evitar que o primeiro firmasse acordos bilaterais com os Estados Unidos. A constante ameaça de o Uruguai seguir os caminhos do Chile e priorizar acordos bilaterais em detrimento do Mercosul causava receio no governo brasileiro. Tanto é verdade que Celso Amorim fez algumas viagens com integrantes da diretoria do BNDES para Montevideu e Assunção e justificou:

“Vamos ver que tipo de coisa podemos financiar. Por exemplo, se uma empresa

brasileira se associar a uma empresa uruguaia ou quiser fazer investimento no Uruguai, ela fará jus ao investimento brasileiro”. (CARMO, 2019)

Na época, havia um afastamento entre Montevideu e Buenos Aires devido à construção de duas fábricas de celulose às margens do rio Uruguai e o Brasil procurava, ao mesmo tempo que conter a escalada de tensões, substituir a influência Argentina no Uruguai, por exemplo oferecendo investimentos, como foi o caso da entrada da Petrobras, ou mesmo vendendo energia elétrica, através da Eletrobras.

Hoje o cenário é diametralmente diferente. A prioridade brasileira não parece ser mais seus vizinhos regionais. Somado a isso, houve retração de investimentos brasileiros, como é exemplo o plano de desinvestimentos da Petrobras (GANDRA, 2019), que impactou, sobretudo, o Cone Sul, gerando protestos de trabalhadores do setor, no Uruguai. No final de 2019, as declarações do chanceler brasileiro Ernesto Araújo sobre eventual saída do Brasil do Mercosul vão na contramão do que vem anunciando o presidente recém-eleito da Argentina, que busca aproximação com o Uruguai, independentemente do presidente eleito, e cita o Mercosul como um objetivo comum. Nesse sentido, o presidente argentino parece apostar no Uruguai para manter o bloco vivo

ou para outros tipos de parcerias no futuro (La Republica, 2019).

É interessante observar que a iniciativa de aproximação do presidente argentino deixa claro que ela independe do presidente eleito. É uma forma de o presidente argentino se contrapor ao presidente Bolsonaro na região e se aproveitar do fato de o Uruguai apresentar, até o momento, e apesar de a esquerda ter perdido após 15 anos no poder, um oásis de estabilidade política, dentro de um contexto regional de turbulências. Ao se aproximar dos sócios mais fracos do Mercosul, a Argentina pode contrabalançar o desinteresse brasileiro e recuperar protagonismo na região.

De fato, durante as eleições, Luis Lacalle Pou, apesar de ser o candidato da direita, procurou se afastar e até criticar o apoio recebido pelo presidente brasileiro ao seu pleito eleitoral (Veja, 2019), provavelmente com receio de que acontecesse com ele o que ocorreu com Macri. Claramente, a derrota de Macri na Argentina não se deveu ao apoio de Bolsonaro, e sim a razões de ordem doméstica, contudo, durante a disputa eleitoral, Luis Lacalle Pou tinha motivos para se manter afastado do presidente brasileiro. Resta saber se esse afastamento se manterá agora que foi eleito. Não é preciso lembrar que, ao longo da história recente, os Blancos se mostraram a favor de negociações de livre-

comércio do Uruguai com os Estados Unidos e com outros países, seguindo exemplo do Chile. Nesse sentido, o Mercosul era visto, por esses, como um empecilho. Essa visão é próxima do que defende o atual governo brasileiro, o que pode aproximar essas duas nações. Resta saber qual será o comportamento do presidente uruguaio a partir de agora.

Sobre o segundo fator a ser analisado - o comportamento da direita -, há um fato pouco considerado por analistas até então: a grande surpresa dessas eleições não é, necessariamente, a esquerda ter perdido após 15 anos no poder, mas o nascimento do *Cabildo Abierto*. Apesar do cenário político aparentemente calmo no Uruguai, deve ser levado em consideração que, como em várias partes do mundo, a direita vem ganhando espaço no cenário político. O Partido de la Gente não é uma novidade, já que existe desde 2015, anteriormente como Partido de la Concertación. Além disso, alcançou apenas 1% de votos nestas eleições.

O *Cabildo Abierto*, contudo, já em sua primeira eleição, obteve 11% de votos, o que é significativo, tornando-se já a quarta força política do país. Além disso, no primeiro turno, se somados os votos de todos os partidos de direita, alcançou mais do que os recebidos pela Frente Ampla. E o partido nasceu neste ano. Seu líder, Guido Manini Rios, foi general e comandante das forças armadas do Uruguai,

exonerado por Tabaré Vázquez, após desentendimentos. Esses desentendimentos muito têm a ver com o que vieram a se tornar as pautas do Cabildo Abierto: segurança pública, restauração dos valores da família e crítica a ideologia de gênero (LAZAROFF, 2019). Apesar de não ter, até o momento, fundo religioso, como no caso do PSL no Brasil e do possível futuro partido de Bolsonaro, Aliança pelo Brasil, é inegável as inúmeras semelhanças com os setores da sociedade brasileira que estão no poder.

Há várias possíveis explicações para a ascensão do Cabildo Abierto - e da direita como um todo no Uruguai, possibilitando a eleição de Luis Lacalle Pou também. É possível que o Partido Colorado, muitas vezes considerado partido de centro, tenha sido importante para definir as eleições favoráveis à direita. Outra explicação, não excludente, é o fato de os homicídios e roubos terem aumentado no Uruguai, o que pode ter despertado o interesse de parte da população por medidas mais duras na área de segurança, e os partidos de direita atendem a esta demanda.

Sobre o terceiro fator, o aumento da fragmentação política no novo parlamento uruguaio, de fato, haverá, a partir de 15 fevereiro de 2020, sete partidos políticos no parlamento, com quatro grupos grandes: o liderado pela Frente Ampla, uma coalisão de esquerdas; o Partido Nacional e o Partido

Colorado; e o supracitado Cabildo Abierto. Ao que tudo indica, também será um parlamento mais radical, já que 35% dos uruguaios votaram em partidos como Cabildo Abierto. O Frente Amplio também estará mais radical, já que 33 dos 42 deputados eleitos são de setores mais à esquerda (El Observador, 2019b). Por esses motivos, o relacionamento entre o presidente recém-eleito e o parlamento será mais desafiador do que em anos recentes, além de poder ser decisivo para o surgimento de tensões no país.

Até o presente momento, de fato, o Uruguai parece ser uma ilha de calma dentro de um continente mergulhado em manifestações violentas e polarização. No entanto, como uma das maiores marcas do continente, historicamente, é a instabilidade política, torna-se precipitado apontar o Uruguai como um exemplo positivo. É importante lembrar que o Chile, até poucos meses atrás, também era exemplo de estabilidade no continente.

## Referências

CARMO, Márcia (2006). BBC Brasil. Brasil quer ajudar Paraguai e Uruguai para manter Mercosul. Publicado em:

[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060617\\_carmo\\_paraguai.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060617_carmo_paraguai.shtml).

Disponibilidade: 25/11/2019.

GANDRA, Alana (2019). Agencia Brasil. Petrobras devolve concessões de distribuição de gás natural no Uruguai. Publicado em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-09/petrobras-devolve-concessoes-de-distribuicao->

[de-gas-natural-no-uruguai/](#). Disponibilidade: 28/11/2019.

EL OBSERVADOR (2019a). Presidente electo argentino dijo que la relación con los Lacalle “es óptima”. Publicado em: [\[https://www.elobservador.com.uy/nota/presidente-electo-argentino-dijo-que-la-relacion-con-los-lacalle-es-optima--2019112518535\]](https://www.elobservador.com.uy/nota/presidente-electo-argentino-dijo-que-la-relacion-con-los-lacalle-es-optima--2019112518535). Disponibilidade: 25/11/2019.

EL OBSERVADOR (2019b). Tiempo de un Parlamento más beligerante. 25 de novembro de 2019. Publicado em: [\[https://www.elobservador.com.uy/nota/tiempo-de-un-parlamento-mas-beligerante-2019112421130\]](https://www.elobservador.com.uy/nota/tiempo-de-un-parlamento-mas-beligerante-2019112421130). Disponibilidade em: 25/11/2019.

LA REPUBLICA (2019). Argentina apuesta por Uruguay para evitar fractura del Mercosur. 27 de novembro de 2019. Publicado em: [\[https://www.republica.com.uy/argentina-apuesta-por-uruguay-para-evitar-fractura-del-mercosur-id740331/\]](https://www.republica.com.uy/argentina-apuesta-por-uruguay-para-evitar-fractura-del-mercosur-id740331/). Disponibilidade: 25/11/2019.

LAZARFF, Soledad (2019). Brecha. Destacados, edición 1774, Política. Feministas no. 21 novembro de 2019.

Publicado em: [\[https://brecha.com.uy/feministas-no/\]](https://brecha.com.uy/feministas-no/). Disponibilidade: 25/11/2019.

LÓPEZ BURIAN, Camilo. Los impactos de la crisis de Brasil en la política exterior de Uruguay (2015-2016). *Conjuntura Austral*, [S.l.], v. 7, n. 37, p. 25-39, set. 2016. ISSN 2178-8839. Disponível em: [\[https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/67697\]](https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/67697). Acesso em: 27 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.22456/2178-8839.67697>.

VEJA (2019). Candidato de direita à presidência do Uruguai rejeita apoio de Bolsonaro. 31 de outubro de 2019. Publicado em: [\[https://veja.abril.com.br/mundo/candidato-de-direita-a-presidencia-do-uruguai-rejeita-apoio-de-bolsonaro/\]](https://veja.abril.com.br/mundo/candidato-de-direita-a-presidencia-do-uruguai-rejeita-apoio-de-bolsonaro/). Disponibilidade: 25/11/2019.

**Boletim Observatório Eleitoral das Américas.** Publicação do Observatório Eleitoral das Américas da Universidade de São Paulo (USP). O Observatório foi constituído a partir do convênio assinado entre a USP e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

**Coordenação científica:** Prof. Janina Onuki e Prof. Amâncio Jorge de Oliveira.

**Editores:** Rodrigo Pedrosa Lyra, Isabella Farinelli Eichhorn e Matheus Gregório Tupiná Silva.

Os textos e análises do Boletim Observatório Eleitoral das Américas da USP não necessariamente representam as opiniões da Organização dos Estados Americanos (OEA)

### Apoio



**UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO**